

# "Presidente não voltará a fazer política"

## AGÊNCIA ESTADO

"O presidente José Sarney nunca mais voltará a fazer política", afirmou ontem o governador do Maranhão, Epitácio Cafeteira, amigo pessoal e confiante do presidente. O governador explicou que Sarney está profundamente decepcionado com os políticos, por desejarem trocar o apelo pelos cinco anos por favores e cargos, e principalmente com os governadores, que pressionaram a Comissão de Sistematização a reduzir o mandato.

Cafeteira garante que dificilmente o presidente voltará a opinar, como querem alguns políticos que permanecem fiéis ao governo, na Assembleia Nacional Constituinte. "É como um casamento", comentou. "Quando não dá certo, não adianta insistir." A principal mágoa do presidente Sarney, revelou o deputado, é com o episódio envolvendo o deputado Oswaldo Lima Filho (PMDB/PE). Mesmo sem citar o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, Cafeteira disse que o deputado foi ameaçado de perder o mandato caso não renunciasse à comissão, facilitando,

desse modo, a aprovação do mandato de quatro anos. Na sua opinião, houve uma pressão explícita sem nenhum protesto dos constituintes, não ocorrendo o mesmo quando o presidente Sarney "apenas manifestou seu ponto de vista sobre o assunto".

Para o governador maranhense, a aprovação dos quatro anos foi uma retaliação dos políticos contra o presidente Sarney, que se recusava "a trocar a transição pela transação de cargos e favores". Houve políticos que ofereceram a Sarney, em diversas ocasiões, de acordo com Cafeteira, o "voto facilitário", pelo qual o governo os beneficiaria com alguns favores, num primeiro momento, e receberia outros quando, mais uma vez, fosse solicitada a sua ajuda nos momentos decisivos da Constituinte.

## Plebiscito

O deputado federal Guilherme Afif Domingos, do PFL, revelou, ontem, em Salvador, que vai apresentar ainda esta semana à Constituinte a proposta de realização de um plebiscito para a escolha do sistema de

governo (presidencialismo ou parlamentarismo) no mesmo dia da eleição presidencial, que deverá ocorrer no próximo ano. Pela proposta, o artigo referente ao sistema de governo ficaria vago na Constituição — mesmo depois de sua promulgação — até a realização do plebiscito. Afif disse que o seu projeto tem mais condições de ser aprovado pelos constituintes do que a proposta de eleições gerais no próximo ano.

## Prévias?

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas (PMDB-SP), manifestou ontem em Brasília surpresa pela repercussão causada por seus comentários sobre a realização de prévias eleitorais para a escolha dos candidatos do partido à Presidência. O senador garantiu que vem defendendo a idéia desde a época em que pretendia concorrer ao governo de São Paulo, no ano passado, a qual não chegou a ser adotada porque ele desistiu de concorrer ao cargo.

Mário Covas está convencido de que as prévias democratizam a vida partidária, com a vantagem de oferecer ao candidato escolhido condições de maior densidade política para

concorrer ao pleito. Para ele, todos os filiados ao PMDB deveriam manifestar sua preferência sobre candidaturas e não apenas os delegados às convenções municipais, regionais e nacional, como defendem alguns líderes peemedebistas.

Ele lembrou que o anteprojeto de Constituição aprovado pela comissão de Sistematização da Constituinte dá ampla liberdade de organização interna aos partidos, que, depois da promulgação da Nova Carta, poderão ou não adotar o sistema de prévias para a escolha de candidatos a cargos majoritários.

Mário Covas reconheceu que não há tempo para, legalmente, o PMDB aprovar a adoção de prévias antes das eleições presidenciais, caso elas sejam realizadas no próximo ano, mas argumentou que a medida poderia ser viabilizada se houver um "acordo de cavalheiros" entre os candidatos.

Quando o senador Mário Covas defendeu as prévias, em 86, ele se defrontava com a candidatura Orestes Quercia ao governo paulista, e agora volta a preconizá-las diante de uma eventual disputa pela candidatura à Presidência com o governador de São Paulo.

25 NOV 1987

ESTADO DE SÃO PAULO